

OS ESTADOS UNIDOS E A MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL: A GUERRA CONTRA O TERRORISMO COMO ELEMENTO ORDENADOR

Hermes Moreira Jr.¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como a “guerra contra o terrorismo internacional” tornou-se um eixo fundamental da agenda da política externa norte-americana na administração de George W. Bush (2001-2008), bem como em que medida ela tem refletido na organização do sistema internacional contemporâneo. Procuraremos verificar de que maneira elementos da política doméstica estadunidense, como as empresas do complexo industrial militar e os think tanks neoconservadores exerceram influência na condução dos assuntos da política externa dos Estados Unidos no tocante à guerra contra o terrorismo, dando suporte material à práxis da nova ideologia norte-americana. Em suma, avaliaremos até que ponto o *establishment* norte-americano se focou na construção de uma ameaça global (o terrorismo internacional) para justificar a condução de ações unilaterais em prol da concretização de seus interesses nacionais.

Palavras-Chave: Estados Unidos; Política Externa norte-americana; Ordem Internacional; Guerra contra o terrorismo.

Resumen: El objetivo del artículo es analizar cómo la "guerra contra el terror" se convirtió en el eje principal de la política exterior estadounidense de George W. Bush (2001-2008) la administración, así como la forma en que se ha reflejado en la organización del sistema internacional contemporáneo. Además, tratamos de averiguar en cuáles son los elementos de la política interior, tales como el complejo de la industria militar y los neoconservadores de reflexión, pueden influir en los temas de política exterior en la "guerra contra el terror" que apoyan sustancialmente la nueva ideología de los Estados Unidos. En resumen, estamos evaluando cómo el *establishment* norteamericano se centró en la construcción de una amenaza mundial (terrorismo internacional) con el fin de justificar sus acciones unilaterales para lograr el interés nacional.

Palabras-claves: Estados Unidos; Política Exterior Estadunidense; Orden Internacional; Guerra contra el terror.

Abstract: This article aim is to analyze how the “war on terror” became the main axis of the american foreign policy in George W. Bush (2001-2008) administration, as well as how it has been reflected on the organization of the contemporary international system. Furthermore, we try to find out in what the elements of domestic politics, such as military industry complex and the neoconservative think tanks, may influence the foreign policy topics in “war on terror” which support substantially the new ideology of the United States. To summarize, we are evaluating how the american establishment focused on building a global threaten (the international terrorism) in order to justify their unilateral actions for achieving the national interest.

Key-words: United States; American Foreign Policy; International Order; War on terror.

¹ Professor de Relações Internacionais da Faculdade Anglo-Americano de Foz do Iguaçu. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o Estudo dos Estados Unidos da América-INEU.

INTRODUÇÃO

A atual concentração de poder dos Estados Unidos o coloca como ator central e referência obrigatória de análise para a conformação das estratégias dos demais atores no sistema internacional contemporâneo, sobretudo no campo da segurança. Os atentados de 11 de setembro de 2001 funcionaram como fomentador de um maior interesse sobre os rumos da política externa norte-americana, fazendo com que os estudos e a atenção dispensada ao chamado exercício da hegemonia e seus limites, ultrapassassem a dimensão da instantaneidade dos fatos.

Os Estados Unidos são figura-chave na compreensão do cenário internacional em diversos campos: comercial, institucional, diplomático, estratégico, militar e cultural. Frente a essa multidimensionalidade, compreender o papel que a política externa norte-americana e, sobretudo, os impactos que a guerra contra o terrorismo, desencadeada no pós 11/09, exerce no cenário mundial é fundamental para qualquer formulação e/ou análise de política internacional contemporânea.

Este texto se propõe, portanto, a analisar como a “guerra contra o terrorismo internacional”, desdobramento do projeto neoconservador para a política externa norte-americana, tornou-se um eixo fundamental da agenda da administração de George W. Bush (2001-2008), bem como em que medida ela tem refletido na organização do sistema internacional contemporâneo. A partir de revisão bibliográfica dos principais debates concernentes à política externa dos Estados Unidos, sobretudo seus momentos de ruptura e projetos de continuidade, procuramos demonstrar até que ponto o governo norte-americano se focou na construção de uma ameaça global (o terrorismo internacional) para justificar a condução de ações unilaterais em prol da concretização de seus interesses nacionais, e de que maneira essa estratégia gerou reflexos em seu exercício hegemônico e em todo o sistema internacional.

A maior influência dos neoconservadores no *establishment* norte-americano, que se seguiu à ascensão de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, trouxe à tona um projeto que vinha sendo arquitetado por este grupo há praticamente uma década, desde a transição do fim da Guerra Fria. Esse projeto tinha como cerne a proposição de uma transformação interna e externa no modo de pensar, agir e conduzir a política externa estadunidense com efeitos em cadeia globais. Com base nesses efeitos, tornou-se de vital importância o estudo da influência que o projeto neoconservador exerceu na política externa dos Estados Unidos na administração W. Bush (2001-2008), sobretudo sua doutrina de segurança nacional, bem como a avaliação de seus reflexos na conformação da atual ordem internacional.

Com uma estratégia central baseada na guerra contra o terrorismo internacional e contra as demais fontes de ameaça à ordem e estabilidade internacionais, a administração W. Bush, sob a influência do pensamento neoconservador e suas fundamentações e bases políticas, instrumentalizou o 11/09 para colocar em prática seu projeto de adequação da ordem internacional contemporânea à manutenção de sua condição hegemônica. A partir da construção de um clima de ameaça global e de uma retórica de combate entre o “bem” e o “mal”, ou entre a “civilização” e a “barbárie”, a guerra contra o terrorismo é a forma pela qual os *policy-makers* norte-americanos têm buscado impor ao mundo uma nova proposta de acomodação da ordem internacional. Ordem na qual deve prevalecer a posição unipolar dos Estados Unidos, em que a liderança política e econômica do país seja sustentada por uma posição política privilegiada de guardião e protetor da ordem internacional.

A partir desses pressupostos, demonstraremos ao longo do texto como o projeto hegemônico norte-americano desenvolveu-se ao longo da segunda metade do século XX, culminando na execução da estratégia neoconservadora para o “novo século americano”. Para isso, em um primeiro momento apresentamos a construção da ordem internacional contemporânea, que reflete a alteração do papel internacional dos Estados Unidos e a alteração de suas estratégias de política externa ao final da Segunda Guerra Mundial, quando assumem, de vez, a postura de potência global e constroem as bases de sua hegemonia. Em seguida, é apresentado o debate acerca da reorientação estratégica norte-americana ao final da Guerra Fria, necessária para consolidar a hegemonia de fato em âmbito global. Na sequência, observa-se como a guerra contra o terrorismo enquadra-se nessa agenda de reorientação estratégica, visando consolidar a hegemonia norte-americana ressaltando sua capacidade de conter elementos desestabilizadores da ordem e visando exercer o papel de polícia global. Concluímos demonstrando os reflexos dessa estratégia para a ordem internacional e para o sistema de Estados.

A CONSTRUÇÃO DA ORDEM HEGEMÔNICA

O debate acerca da configuração da ordem internacional contemporânea tem sido o principal foco da agenda política e acadêmica das relações internacionais, sobretudo no período pós-Guerra Fria. O fim da clara e criteriosa definição de bipolaridade entre as duas grandes potências suscitou discussões acerca da forma pela qual se daria a nova distribuição do poder global. Os embates deram-se entre os defensores da unipolaridade (KRAUTHAMMER 1990; 2002, IKENBERRY 1998; WOHLFORTH 1999), da multipolaridade (KUPCHAN 1998; LAYNE 1993 ; 2006,

MEARSHEIMER 2001), da unimultipolaridade (HUNTINGTON 2000; NYE Jr. 2002) e até mesmo da apolaridade (NEGRI e HARDT 2001; HAASS 2008). Quaisquer que sejam os argumentos defendidos ou atacados por qualquer um desses estudiosos, a referência central é a capacidade e a posição dos Estados Unidos frente às outras forças internacionais.

Esta realidade reflete o desenrolar de um projeto político de ambições imperiais em que os Estados Unidos desenvolveram, principalmente ao longo do último século, uma política que tem se baseado, de acordo com Sylvan e Majeski (2009), desde: inspecionar as políticas domésticas e econômicas de outros países; promover assistência para o desenvolvimento de países pós-conflitos; coordenar as relações econômicas e comerciais entre os aliados; até em: vender armas, realizar operações secretas e protagonizar guerras.

Arquitetos da ordem emergente na segunda metade do século XX, os Estados Unidos aproveitaram-se, nos anos subseqüentes a 1945, de seu poderio incontestável – e artificialmente alto, segundo Kennedy (1989) – para construir estruturas formais e informais capazes de garantir legitimidade e mais que isso, longevidade a seu projeto de primazia internacional. As tentativas de ascensão de seu poder em direção ao domínio global foram sucessivas por parte dos Estados Unidos durante o século XX. Imersos nos debates internos entre as forças que advogam o isolacionismo, o cooperativismo, o compromisso seletivo e a supremacia, os líderes norte-americanos tem trabalhado seriamente – e desde os anos 40 de maneira deliberada, como observa Layne (2006) – para alcançar o objetivo de colocar o mundo a serviço dos interesses de seu Estado e de sua sociedade².

Já no imediato pós II Guerra Mundial, o poder relativo norte-americano se tornara incomparável ao das demais grandes potências, muito mais desgastadas e debilitadas pelos esforços de guerra. O novo conceito de superpotência passaria a corresponder à conjugação da capacidade unilateral militar com a possibilidade de exercer forte multilateralismo econômico, baseando-se na vontade de construção de uma grande área sob a influência dos valores do capitalismo. A nova ordem que se criara estaria baseada nos caminhos sugeridos pela nova potência e de acordo com seus interesses. De acordo com Magdoff (1972), os Estados Unidos operavam sua política externa no imediato pós-Guerra com o intuito de alcançar cinco objetivos principais: 1) colocar em prática os programas políticos e militar dos EUA em escala mundial; 2) livre acesso à matérias-primas, comércio e investimentos em âmbito global; 3)

² Não foram raras as vezes em que um presidente norte-americano anunciou suas intenções de reorganizar o mundo à imagem e semelhança de sua nação. Woodrow Wilson, em 1918, Harry Truman, em 1945, e George H. Bush em 1991 alimentaram tais intenções ao saírem vitoriosos de disputas pela hegemonia mundial.

desenvolvimento e reconstrução dos países efetuado sob métodos capitalistas; 4) criar dependência em relação ao mercado de capitais dos EUA; 5) ganhos imediatos dos homens de negócios norte-americanos;

Para tanto, os Estados Unidos distanciaram-se da conquista formal e da anexação territorial, formas tradicionais de exercício do poder, buscando novas estratégias de dominação a partir da expansão econômica externa e da abertura de mercados (HURRELL 2005). A ordem pós-guerra se conformara, portanto, com base em arranjos de cooperação econômica e militar.

Na prática, o caminho trilhado para a concretização deste império traduziu-se menos no domínio irrestrito e na imposição da hegemonia e mais na escolha de uma estratégia para promover o interesse nacional por meio da construção de uma ordem cooperativa liderada pelos Estados Unidos. O núcleo deste projeto de construção de um ordenamento internacional consoante aos interesses norte-americanos caracteriza-se por meio da expansão da democracia e do capitalismo liberal, responsáveis pela garantia de um ambiente internacional estável e favorável à concretização dos valores e interesses norte-americanos.

Para garantir essas condições, os Estados Unidos passaram a atuar mais diretamente na construção e administração da ordem internacional, assumindo o papel de potência hegemônica, sempre condicionada a uma combinação de idealismo e realismo em seu discurso e prática de política externa (KISSINGER 1994). Ao efetuar essa transição da marginalidade à liderança do sistema internacional, os Estados Unidos, para manterem-se fiéis aos princípios e valores que constituem sua identidade nacional, buscam disseminar os ideais da democracia e da liberdade além de concretizar seus objetivos estratégicos³. Isso torna-se muito claro nos processos de reconstrução dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial, nos quais o modelo liberal capitalista foi adotado como contrapartida ao auxílio para a reinserção na ordem internacional.

A lógica realista baseada no interesse racional e unitário do Estado, ou seja, aquela em que o resultado da sua política externa é fruto de sua busca constante por satisfazer seus interesses nacionais, cede espaço à construção de um conjunto mais amplo de valores a serem perseguidos. Estes valores tentam concentrar em torno de si uma gama de Estados com objetivos compartilhados criando um espaço para a emergência de uma sociedade internacional.

³ Como observa Pecequillo (2005), mesmo iniciativas expansionistas, imperialistas e intervencionistas, visando muitas vezes interesses concretos bastante específicos, como a conquista de mercados ou o controle de territórios, acabam sendo apresentadas como um direito e um dever de ação do país em todas as épocas e circunstâncias.

Desse modo, é possível observar porque os Estados Unidos apostam na configuração de uma ordem híbrida. Esta ordem combina características de uma sociedade internacional de valores e objetivos comuns com características de um sistema internacional sob seu controle no que refere-se à definição dos rumos da manutenção da ordem mundial e de sua hegemonia, bem como os caminhos que poderão ser seguidos pelos outros atores internacionais. Em última instância, em termos estratégicos, econômicos e militares essa ordem híbrida reconhece que os interesses gerais no cenário mundial estão, no substancial, defendidos pela grande potência.

Assim se dá a liderança hegemônica, na qual o país hegemônico fornece incentivos para que os outros aceitem se submeter e cooperar, da mesma forma como para que se unam em uma causa comum, criando um ambiente internacional adequado à consecução dos seus objetivos (COX 1986). Para garantir essa liderança hegemônica, fundada na cooperação e no controle, o país deve ser suficientemente poderoso e disposto a criar e manter as regras essenciais que garantem a governança entre os agentes neste ambiente internacional, sobretudo a partir de relações políticas e econômicas cooperativo-hegemônicas⁴.

Diante dessa perspectiva, os Estados Unidos alimentam um projeto hegemônico concebido 1) militarmente: em função de uma invulnerabilidade assegurada por sua devastadora capacidade de retaliação; 2) economicamente: em função de uma supercompetitividade exercida no livre acesso aos mercados locais. De acordo com Emmott (2004) “os Estados Unidos são a primeira potência mundial a exercer um domínio sem construir um império formal”. Para o autor, a dominação americana no pós-45 foi planejada como não-imperial, mas seu poder pode ser exercido e sentido de muitas maneiras⁵.

Com esta opção, em busca da posição de supremacia internacional, a estratégia americana tem como fundamento básico a premissa de que somente a liderança norte-americana é capaz de assegurar a ordem e a paz internacionais. Sua principal tarefa é evitar o surgimento de um competidor global à sua altura, e assegurar uma força militar suficiente para superar crises pontuais ou ameaças a seus interesses particulares.

⁴ De acordo com Keohane (1984), as relações cooperativo-hegemônicas podem se dar sob os moldes de coerção e pressão, sobretudo no estabelecimento dos limites da ação legítima por parte dos aliados. Dentro desses limites que se darão a persuasão e a indução positiva, como a construção de regimes e instituições internacionais. À superpotência caberia a responsabilidade de conjugar a capacidade econômica de exercer o multilateralismo, com a necessidade de construção de uma grande área sob a influência dos seus valores.

⁵ O exercício de poder se dá por: ação militar direta, ameaça de ação militar, pressão econômica, pressão diplomática, e até mesmo a partir da influência das idéias, da cultura e de aspirações. Os Estados Unidos podem não ter um império formal, mas ainda satisfazem uma definição informal do termo, já que sua capacidade de influenciar o comportamento de outras nações se estende em todo o mundo (EMMOTT 2004, 41-42).

Esse objetivo busca ser alcançado, principalmente, a partir da promoção afirmativa de princípios básicos à sociedade norte-americana. Através da democracia liberal e da economia de mercado, os Estados Unidos tentam garantir a manutenção dos espaços conquistados e preservar a governabilidade da ordem internacional. A tônica dessa perspectiva tem sido evitar de todas as formas o declínio da hegemonia e do império americano, sobretudo a partir de ações que combatam os sintomas e não as causas da desordem mundial, ou seja, desenvolvendo normas econômicas e expedições militares, nunca solucionando os problemas e prolongando suas ações, seja em seus governos liberais ou conservadores (AYERBE 2005; TODD 2003; HARVEY 2004; MANN 2007).

Portanto, o projeto norte-americano para a construção do seu império independe da coordenação política da Casa Branca, pois tem uma estrutura básica que está agregada aos valores básicos de sua sociedade, notadamente fundamentados na defesa e valorização da democracia. Essa estrutura é composta por cinco pilares (USAID 1999): suporte aos processos de transição política democrática; reconhecimento e aceitação da democracia como direito humano universal; promoção do respeito aos direitos humanos; promoção do respeito e vigência dos direitos trabalhistas; apoio e assistência preferencial aos países com sistemas políticos democráticos.

A opção pela exportação de seus valores permite aos Estados Unidos justificar suas ações sem arcar com os custos da posição imperial. De acordo com seus *policy makers*:

algumas pessoas dizem que impomos nossos valores ao resto do mundo. Porém, quando promovemos a democracia, nós estamos promovendo um sistema de governo que permite que as pessoas de outras nações possam escolher seus próprios destinos a partir de seus valores e aspirações (BERGER 1999).

Como observa Harvey (2004), o poder político é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercícios da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento. E para o desenvolvimento desse consentimento eram necessárias técnicas e instrumentos formais de dominação: conjunto de normas, instituições, regras e estrutura normativa da sociedade internacional. O caminho em direção de tais objetivos reforçava o pragmatismo e sofisticado envolvimento de como criar uma ordem internacional estável e relativamente pacífica, no que pode ser chamada de “grande estratégia liberal americana” (IKENBERRY 1999)⁶.

⁶ Principais exemplos disso, os acordos de Bretton Woods, em 1944, estabeleceram a base intelectual e institucional de uma nova ordem econômica internacional por meio do FMI e do BIRD. Essa ordem

Os Estados Unidos passavam, portanto, ao longo da segunda metade do século XX a agir pela primeira vez em sua história como superpotência global. O império informal que começara a se constituir era então caracterizado pela abertura das economias, pelos arranjos institucionais de cooperação multilateral, pelos mecanismos de segurança coletiva, mas sem deixar de lado o recurso ao intervencionismo, à coerção e ao uso da força na busca de seus interesses nacionais⁷. Europa Ocidental, América Latina e o Leste Asiático foram as principais regiões a sentirem os efeitos dessa estratégia.

No âmbito da cooperação, os Estados Unidos tinham como objetivo fortalecer a democracia, ampliar o capitalismo e obter ajuda mútua no âmbito de segurança. Na política que ficou conhecida como internacional liberalismo, seu principal projeto era garantir o envolvimento dos outros atores internacionais e através do poder de agregar e direcionar, projetar a hegemonia (KUPCHAN; TRUBOWITZ 2007). Contudo, ao ser utilizada como principal estratégia de segurança internacional, defesa nacional e economia política de Estado, o internacional liberalismo adquiriu a condição de conjugar o multilateralismo ao uso da força, como principal forma de projetar poder e alianças ao mesmo tempo.

Através do internacional liberalismo, os Estados Unidos pressionaram outros países a adotar seus valores e práticas no que diz respeito aos direitos humanos e democracia; impuseram o cumprimento de suas leis fora de seu território a outras sociedades; promoveram os interesses empresariais norte-americanos sob a bandeira do livre-comércio; e influenciaram as políticas do Banco Mundial e do FMI e as políticas econômicas e sociais de outros países de acordo com seus interesses. Desse modo, instrumentalizaram a cooperação multilateral a partir da capacidade de enquadramento econômico-financeira e político-ideológica de seus parceiros e adversários (TAVARES 1997).

Assim, os Estados Unidos preocupam-se em fazer com que os chamados “estados clientes” (SYLVAN; MAJESKI 2009) possam adequar-se à economia e política “corretas” através da cooptação de seus clientes pela construção e manipulação de estruturas hegemônicas de dominação. Portanto, devido à reunião de condições

deveria ser caracterizada por um compromisso de estabilização de taxas de câmbio; por relações comerciais não discriminatórias; pela rápida reconstrução das economias devastadas; Tudo repousado na idéia de um sistema econômico liberal orientado pelo mercado (VOLCKER ; GYOHTEN 1993). Além disso, os Estados Unidos também puseram-se à frente dos acordos de segurança coletiva, usando a Organização das Nações Unidas e alianças militares como a OTAN a fim de estabilizar a ordem internacional e garantir a prevalência de seus interesses sem desafios mundo afora (HARVEY 2004).

⁷ “Visando consolidar esse sistema, os Estados Unidos definiam seus interesses com base em um discurso de metas e objetivos comuns, nos quais “o aumento da prosperidade, a expansão da liberdade e a segurança coletiva eram perseguidos tanto como objetivos domésticos quanto internacionais” (BERGER 1999).

historicamente sem precedentes para reorganizar o sistema político, econômico e militar internacional, os Estados Unidos alimentaram um projeto hegemônico organizado em torno de estruturas de poder político e econômico.

Conforme sugerido por Guimarães (2002), através de tais estruturas hegemônicas os Estados Unidos tentam influenciar e moldar o comportamento internacional dos demais estados do sistema e expandir seu poder a partir: da criação e expansão das agências internacionais, bem como elaboração de normas das organizações; da cooptação e da fragmentação, ou seja, inclusão de novos atores e isolamento de eventuais contestadores; da geração de ideologias por meio da elaboração de conceitos e visões de mundo e exportação do *american way of life*; da formação de elites que possuem o papel de difusão ideológica e criação de admiradores.

Naquele momento, ao construir um ordenamento político e institucional internacional vinculado a seus interesses e valores, os Estados Unidos montaram as estruturas necessárias para o exercício mediado de seu poder, sustentando sua influência por meio de mecanismos diversos. As estruturas hegemônicas além da constituição de organizações internacionais incluem vínculos de interesse e de direito, aproximação de atores públicos e privados, e elaboração permanente de normas de conduta.

Com base nestas estruturas, “o estado hegemônico age segundo seus próprios interesses para criar uma ordem estável que salve-guarde sua segurança, sua economia e sua ideologia” (LAYNE 2006, 4). O poder hegemônico deseja estabelecer e manter as normas e regras da ordem internacional, e procura sustentar sua capacidade apoiada pelo controle sobre matérias-primas estratégicas, capitais de investimentos, tecnologia de ponta, armas, informação e acesso aos mercados internacionais.

A partir do desenvolvimento destas estruturas os Estados Unidos colocaram em ação sua capacidade de exercer funções de liderança e governo sobre o sistema internacional implicando em transformações em seu modo de funcionamento de acordo com seus movimentos. Os Estados Unidos passaram a exercer o papel de poder hegemônico, criando uma ordem capaz de promover os interesses da liderança e dos liderados, evitando que esta viesse a ser contestada (ARRIGHI 1996, IKENBERRY 2002).

Esse é o arcabouço político e institucional que sustenta a hegemonia norte-americana. Ou seja, um projeto econômico-político-social que estabelece-se em bases ideológicas e culturais, e proporciona a adesão dos demais grupos à superestrutura

consolidada, sendo, este projeto, o elemento aglutinador dos heterogêneos e, muitas vezes, divergentes, interesses de cada grupo social partícipe⁸.

A situação na qual o exercício da liderança confere condição e possui características de consolidação de uma hegemonia necessita estar ancorada em uma estrutura de valores sobre a ordem das coisas que se reconheça de maneira relativamente estável e não questionada, como se configurasse realmente a ordem natural das coisas. Até por isso, como afirma Gramsci, só há hegemonia quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for pelo menos parcialmente verdadeira ou trazer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Portanto, a hegemonia é a capacidade de converter a própria concepção do mundo, de acordo com os interesses restritos, em verdade universal. Seja pela geração de um consenso acerca da validade ética e moral desses valores, pelo estabelecimento de normas e mecanismos de enquadramento a estes valores, ou até mesmo utilizando o recurso da sanção, e em última instância, da violência, aos dissidentes e contestadores dessa “ordem natural das coisas”.

As instituições econômicas como o BIRD, o FMI e o GATT, os pactos regionais de Segurança Coletiva e de Defesa Bilateral, a Administração do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e os demais regimes multilaterais e acordos normativos internacionais concebidos representaram o chamado aspecto formal da hegemonia norte-americana, pois os Estados Unidos projetavam através dessas instituições suas idéias e capacidades materiais.

UMA REORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

O encerramento da Guerra Fria permitiu que os norte-americanos se lançassem como única superpotência capaz de garantir domínio sobre o sistema em um período de transição e desordenamento. Diante desse cenário, a preocupação do *establishment* norte-americano estaria não mais nos meios necessários para a construção de sua ordem, uma vez que se tornara vitoriosa frente a seus adversários,

⁸ Para compreender o significado do projeto hegemônico devemos recorrer à análise de Antonio Gramsci (2000, p.48): “Operando na lógica da divergência de interesses, a hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais esta hegemonia será exercida, e que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

mas sim na consolidação de sua primazia e na sua expansão a espaços ocupados por seus antigos contendores⁹.

À nova ordem que se constituía, associada à universalização de princípios liberais e democráticos, estava acrescida a premissa de solidificação da governança global via Nações Unidas, sobretudo para a resolução de questões que não figurassem como de interesse estratégico norte-americano. Predominava a percepção de que os valores e princípios simbolizados pelos Estados Unidos expandiriam-se a todas as sociedades sem qualquer forma de resistência. O mundo deveria ser norte-americanizado e ficava a sensação de que todas as nações caminhariam com naturalidade nessa direção. Esta visão, somada à desintegração do modelo ideológico que se contrapunha ao capitalismo liberal ocidental, propiciou a formulação de teses como a do “Fim da história”, de Francis Fukuyama (1992)¹⁰.

Entretanto, essa transição para a construção de uma sociedade de fato mundial tornou-se mais complexa a partir da emergência de fatores de desordenamento e caos¹¹ no cenário mundial. O início dos anos 90 foi um período de intensas crises, oriundas do fim do confronto entre Estados Unidos e União Soviética. Conflitos latentes que encontravam-se em segundo plano por conta da tensão entre as duas superpotências passaram a eclodir em diversas regiões do mundo, sobretudo os conflitos étnicos e nacionalistas, como na África e nos Bálcãs.

Na visão de Arrighi (1996, 30), esta conjuntura de desordenamento e caos, apesar de problemática, poderia, contudo, ser benéfica à potência vitoriosa no conflito bipolar das últimas quatro décadas. Segundo sua análise, à medida que aumenta o caos sistêmico, “a demanda por ‘ordem’ tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados ou ambos”. Portanto, “qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico”.

⁹ Já no início da década de 1990, o desaparecimento do paradigma da bipolaridade criou uma demanda pela redefinição dos interesses nacionais, desafios e ameaças a enfrentar. Neste cenário, desaparece o “outro” que encarnava a negação do modo de vida americano e justificava a necessidade de uma postura nacional coesa e militante. Na ausência do adversário claro e explícito como elemento ordenador, o grande problema estratégico para os Estados Unidos tornou-se como diferenciar em quais cenários e situações precisaria agir para manter e expandir seu poder, recriando e atualizando guias de ação para sustentar o ativismo (BRZEZINSKI 1992); (AYERBE 2005).

¹⁰ Segundo ele, a democracia liberal foi proclamada como o agente do fim da história, pois os conflitos ideológicos seriam substituídos pela razão democrática, uma vez que as sociedades que desafiavam esse modelo estavam aderindo gradual e voluntariamente a esse regime. Quando o processo estivesse completo, todas as sociedades compartilhariam dos mesmos ideais e valores, e não haveria mais conflitos ou oposições de interesses no sistema. No momento em que esse processo se concretizasse a sociedade internacional estaria consolidada.

¹¹ De acordo com Arrighi, “O caos e o caos sistêmico, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite, dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias à ordem.” (ARRIGHI 1996, 30).

É possível observar que os objetivos estadunidenses de construção dessa sociedade internacional global foram paulatinamente alterados diante da realidade global que se apresentara. A lógica da sociedade internacional global, em pouco tempo parecia deixar de ser essencial na consolidação da ordem mundial, em detrimento dela deveriam ser garantidos os interesses vitais e a manutenção da posição hegemônica norte-americana.

Mesmo assim, possíveis fontes de instabilidade e de contestação ao sistema deveriam ser combatidas e reguladas, o surgimento de potências rivais deveria ser controlado e a garantia de governabilidade do sistema tornar-se-ia prioridade. A hegemonia norte-americana deveria se consolidar por meio do discurso e da prática baseados nos valores do capitalismo liberal, fundamentado principalmente na democracia representativa, na liberdade de mercado e no império da lei (HUNTINGTON 1992). Uma sociedade internacional, nesses moldes – capitalista, democrática e liberal – liderada pelos Estados Unidos, era o cenário ideal projetado para o século XXI, fosse por liberais ou conservadores, democratas ou republicanos.

A dinâmica internacional, todavia, foi tomando rumos que os formuladores políticos mais otimistas não estavam prevendo. A tendência ao caos acabou não favorecendo a atuação dos Estados Unidos, que imersos em disputas políticas domésticas não conseguiam encontrar o necessário novo referencial de ação. A inviabilidade de universalização dos valores e da ordem liberais passou a minar as bases de poderio norte-americano, criando a necessidade da reformulação de sua estratégia internacional para manter sua hegemonia. Este foi o desafio que o democrata Bill Clinton, o primeiro presidente eleito no pós-Guerra Fria, assumiu ao tomar posse da presidência.

Em seus dois mandatos (1993-2000), Clinton apoiou sua plataforma política na recuperação da economia doméstica e da sociedade, tendo como fundamento a retomada da liderança econômica internacional. Além disso, os Estados Unidos buscaram exercer sua primazia e impor seu ativismo na construção da ordem a partir da estratégia de Engajamento & Expansão (NSC 1995), com a ampliação da relevância de temas econômicos, humanitários e sociais, por meio da cooperação multilateral. Sem abdicar do *hard power*, esta visão privilegiava o multilateralismo e o *soft power*¹², também orientando-se pela “*política de engajamento seletivo*” (VIGEVANI; OLIVEIRA 2001).

¹² Os conceitos de *hard power* e *soft power* são definidos por Nye Jr, (1990 ; 2002). O primeiro representa as formas de exercício do poder da maneira tradicional, através do uso da força, da sanção e da indução. O segundo se refere à capacidade de atrair e cooptar aliados para alcançar determinados interesses. No plano prático a noção de *hard power* simbolizaria recursos tangíveis, a dimensão de poder econômico e militar, enquanto que a de *soft power* representaria a força das idéias, da cultura e dos valores, a administração do sistema.

Contudo, a linha mais conservadora do *establishment* formada em sua maioria por políticos do partido republicano demonstrava-se descontente. Persistia a afirmação de que esta postura refletia uma perda de poder e atitude de fraqueza, passando uma imagem de vulnerabilidade norte-americana no cenário internacional. O grande desafio encontrado pelos Estados Unidos era liderar uma sociedade internacional em consonância com seus valores e princípios, sem deixar de garantir seus interesses nacionais baseados no sucesso de sua economia privada e nos índices de acumulação de capital para a manutenção de sua posição hegemônica. Para determinados grupos políticos norte-americanos, o objetivo parece não ter sido atingido de maneira satisfatória durante os dois mandatos de Clinton.

Frente a este dilema, os “*falcões*” republicanos lançaram a candidatura de George W. Bush à presidência, em 2000, apostando no *internacionalismo diferenciado*¹³ como meio de recuperar o prestígio e o poder “perdido” pelos Estados Unidos durante os anos de 1990. A política externa deveria então priorizar a vigilância e punição dos “inimigos da ordem”. O discurso não mais era o de credenciar os norte-americanos como guardiões do “mundo livre”, mas como protetores das fronteiras que separam a “civilização” da “barbárie”¹⁴.

Com a conturbada vitória de W. Bush nas eleições de 2000, a transição para essa nova concepção estratégica de política externa seria promovida paulatinamente. Apesar do suporte do Congresso – de maioria republicana naquele momento – as iniciativas do recém eleito presidente, George W. Bush, de rejeitar o Tribunal Penal Internacional, não aderir ao Protocolo de Kyoto, e reativar o projeto de defesa do Escudo Anti-Mísseis, gerava protestos no seio da própria sociedade norte-americana.

Contudo, os atentados de 11 de Setembro de 2001 a Nova York e Washington, e o clima de medo instaurado na população (pela manipulação e) pelos grupos terroristas antiamericanos, tornaram-se o mote necessário para que os Estados Unidos conseguissem delimitar o novo inimigo e pudessem concentrar forças para garantia de sua ordem e de seus interesses. Segundo Guimarães, uma das características da política hegemônica estadunidense é “a necessidade do sistema econômico e político americano de criar inimigos externos permanentes” (2002, p. 156). O terrorismo passou, portanto,

¹³ A idéia de um *internacionalismo diferenciado* consistia na recuperação hegemônica e dos interesses globais norte-americanos por meio de estratégias unilaterais e revisão das alianças com antigos aliados e inimigos, agora *competidores estratégicos*. As organizações internacionais, por exemplo, passam a ser consideradas entidades “estranguladoras”, pois impedem a aplicação do poder real dos EUA.

¹⁴ Para os ideólogos do governo W. Bush havia chegado o momento de substituir a postura de líder da sociedade internacional, sob os auspícios do multilateralismo, prevalecente na era Clinton, por uma afirmação dos interesses nacionais e unilaterais norte-americanos. O desafio a ser vencido agora seria o de compatibilizar a ordem econômica multilateral, requerente de uma dinâmica de sociedade internacional, com o potencial político-militar norte-americano, requerente de um padrão de sistema internacional anárquico, visando ao alcance e proteção de seus interesses nacionais estratégicos.

a “ocupar o lugar” do inimigo soviético na lógica do processo de formulação de política e tomada de decisões internacionais norte-americanas.

A campanha ideológica trabalhada em torno do combate ao terrorismo e o endurecimento das ações e políticas norte-americanas têm ligação direta com as mudanças internas de sua política e a ascensão dos neoconservadores ao poder. O partido republicano, sobretudo sua ala de políticos alinhados ao pensamento neoconservador, tem como importante plataforma política setores do chamado Complexo Industrial Militar Norte-Americano. Esse complexo industrial militar está intrinsecamente atrelado ao Estado e à formulação das diretrizes de ação do governo W. Bush e de seus principais assessores para assuntos externos¹⁵.

Além da referida importância das empresas do complexo industrial militar na orientação da política externa, os Think Tanks (instrumentos de grande relevância no sistema político norte-americano), sobretudo os grupos de orientação neoconservadora, possuem interlocutores dentre os membros da equipe política do governo W. Bush. Através de seus meios de comunicação como jornais, revistas, relatórios e palestras buscam criar um consenso ideológico na sociedade em torno da relevância de suas idéias tentando gerar legitimidade às suas ações políticas. Dessa forma, os neoconservadores passam a exercer papel fundamental na formulação e propagação da nova estratégia de política externa dos Estados Unidos, tornando-se atores centrais na administração W. Bush.

Diante desse cenário, a política de combate ao terrorismo internacional tem sustentado a primazia da ação política e militar estadunidense no mundo. Nesse sentido, a “guerra contra o terror” não se trata de um sintoma dos atentados de 11 de Setembro, mas sim de uma estratégia de política externa para a condução a uma ordem internacional favorável aos Estados Unidos e sua pretensão à manutenção de condição de potência hegemônica do sistema.

Basta compreender as bases da construção da atual ordem internacional, a partir de uma perspectiva segundo a qual o fim da Guerra Fria não representou a ruptura de uma era, mas sim a consolidação de um projeto. A atuação dos Estados Unidos no sistema internacional na busca da primazia e no esforço pela manutenção de sua ordem, historicamente, ao longo do século XX baseou-se na construção da hegemonia norte-americana identificada nas estruturas hegemônicas e institucionais de poder, e a função delas na constituição de uma ordem global.

O recurso à guerra contra o terrorismo, a estratégia de segurança nacional do governo W. Bush e sua doutrina de ação preventiva, e a participação dos

¹⁵ Para saber mais sobre o papel desempenhado pelos principais assessores da equipe de política externa de George W. Bush após o 11/09, ver: Woodward, Bob. *Bush em Guerra*, São Paulo: editora ARX, 2003.

neoconservadores, reorientaram seu instrumental tático para a aplicação prática de sua estratégia, a partir do realismo democrático. Sobretudo, devido à relação entre a “guerra contra o terror” do governo Bush e os laços de proximidade entre seus formuladores de política externa e as empresas do complexo industrial militar.

A GUERRA CONTRA O TERRORISMO

No entanto, destoando da estratégia de seus antecessores, George W. Bush incorporou o discurso de ação preventiva contra o terrorismo para legitimar suas novas aspirações hegemônicas. Ao anunciar sua guerra contra o terrorismo internacional e desfazer-se das estratégias dissuasórias e táticas concertadas de ação internacional em prol de estratégias preventivas e táticas unilaterais, George W. Bush trocava qualquer possibilidade de coordenação hegemônica do sistema internacional por uma disputa aberta e individual pela consolidação de um império global norte-americano.

Devemos ressaltar que ao iniciar sua “guerra contra o terror”, logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, George W. Bush contava com o irrestrito apoio da sociedade americana¹⁶. Mas o perfil unilateral de condução das relações internacionais pelos Estados Unidos sob o governo G. W. Bush pretendeu somente reafirmar a posição de “superpotência solitária” dos Estados Unidos. A resposta aos ataques terroristas de 11/09 serviu para legitimar essa pretensão e não funcionou como provocador dela. Se mantivera a visão de mundo baseada na garantia da segurança e prosperidade dos Estados Unidos. Visão segundo a qual deve ser priorizado um ambiente internacional estável, em que estejam garantidas as condições para que o país possa expandir e maximizar seus interesses políticos, econômicos e de segurança (PECEQUILO 2005).

De acordo com Fiori (1997), “os Estados Unidos dispuseram de autonomia para redefinir sua hegemonia dentro do núcleo central do sistema interestatal e redesenhar as hierarquias e responsabilidades dentro de seus vários espaços periféricos”. Essa unipolaridade e a ausência de contrapoderes (tanto de função arbitral, como tutelar), sem contrapesos, tem sido grande responsável pela instabilidade sistêmica.

¹⁶ A intervenção no Afeganistão – que derrubou o regime Taleban, acusado de fornecer apoio à rede de terroristas da Al Qaeda, de Osama Bin Laden – obteve aval da comunidade internacional, e elevou os índices de aprovação do governo Bush a seu patamar mais significativo. No entanto, ao estender sua atuação ao Iraque, Bush perdeu suporte considerável de importantes atores da comunidade internacional, e principalmente de setores de sua sociedade, culminando na derrota parcial dos republicanos nas eleições legislativas e na derrota completa ao perderem, posteriormente, também as eleições do executivo na sucessão presidencial.

Conforme observa Hobsbawm (2007), a política megalomaniaca dos Estados Unidos, a partir do 11/09, destruiu quase por completo as bases políticas e ideológicas de sua influência hegemônica. Os interesses nacionais de: segurança nacional; prosperidade econômica; fluxos de cidadãos americanos e das fronteiras dos Estados Unidos; império da lei; democracia; segurança humanitária global (USAID 1999) foram subvertidos pela fixação dos “*falcões*” conservadores de George W. Bush no *internacionalismo diferenciado*. O 11/09 justificou a consolidação do discurso e prática neoconservadora. A ameaça terrorista ganhou contornos amplos e *status* de ameaça internacional, permitindo que os Estados Unidos estendessem seu papel de polícia global. Nesse sentido é possível observamos a instrumentalização do terror para apresentar e aplicar o unilateralismo norte-americano.

É fato que no mundo pós-Guerra Fria a atividade terrorista adquire novas características. Ao instrumentalizar a permeabilidade das fronteiras nacionais, as operações terroristas passam a ser organizadas de modo descentralizado e atingir efeitos globais em larga escala. A dimensão transnacional transforma a questão do terrorismo em um problema de segurança coletiva. A ação terrorista desperta a atenção da comunidade internacional ao se colocar como fator de instabilidade e perigo à segurança coletiva criando a necessidade de se buscar alternativas para enfrentar o terrorismo. Contudo, esse enfrentamento não pode operar dentro dos moldes tradicionais em que o Estado – neste caso, o Estado hegemônico – centraliza as forças e busca soluções a partir de suas capacidades e seus interesses. Em grande medida, porque o combate ao terrorismo internacional pode, também, ser transformado em uma ferramenta utilizada para a manutenção de uma dominação hegemônica no sistema internacional.

A expressão *terrorismo internacional* – com todas suas incongruências – passou a ser empregada para caracterizar qualquer inimigo do sistema como um todo. Como observa Crenshaw (2006),

la estrategia de la lucha contra el terrorismo debe encajar también en un marco general de política exterior que integre distintos objetivos en función de los intereses nacionales. Por primera vez, el terrorismo se convirtió en la amenaza con características mayúsculas para la seguridad nacional.

De acordo com Chollet e Goldgeier (2008), até 11/09 o terrorismo não era um tema central nos assuntos de segurança da equipe de Bush, pois os republicanos ainda operavam dentro da lógica das ameaças tradicionais: estados-nação e disputa por regiões-chave estrategicamente. Os eventos que se seguiram ao 11/09 pareceram

oferecer aos EUA um propósito muito mais claro (e talvez um projeto), bem como níveis mais amplos de apoio político doméstico, a uma política externa ativa e engajada.

O governo norte-americano tentou criar legitimidade internacional para combater o terrorismo, que seria a principal fonte de instabilidade e ameaça à sociedade internacional por ele liderada. Contudo, para Layne (2006) o 11/09 não trouxe grandes mudanças (rupturas) na grande estratégia norte-americana, pois tanto antes como depois dos ataques de NY e Washington, os objetivos e a ambição dos Estados Unidos tem sido os mesmos, o domínio geopolítico. O 11/09 trouxe à administração W. Bush e seus assessores um evento conveniente e providencial para exercerem suas práticas e implementar suas aspirações políticas hegemônicas de projeção do poder. O discurso acerca da necessidade de combate e derrota total dessa nova ameaça, o novo inimigo constituído, passou a ecoar em todos os cantos da administração W. Bush.

As visões militantes de classe, nação e raça, que prometeram a utopia e entregaram a miséria, foram derrotadas e desacreditadas. A América é agora ameaçada menos por estados conquistadores do que por estados falidos. Nós somos ameaçados menos por frotas e por exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos de uns poucos ressentidos. Nós devemos derrotar essas ameaças à nossa nação, aliados, e amigos. (National Security Council 2002, 1).

Bush declarou guerra ao terror, na medida em que tentou demonstrar que a tolerância dos governos anteriores, em dispensar o uso do poder militar e não perseguir uma política externa ativa na promoção da democracia, estimulou terroristas a desafiar a América. Para Daalder e Lindsay (2003) os atentados reforçaram o sentido messiânico da política externa dos republicanos, caracterizada pelos discursos de Bush sobre o apoio à cruzada norte-americana contra o terrorismo internacional: “Toda nação, em toda região, tem agora uma decisão a fazer. Ou está conosco, ou está com os terroristas” (BUSH 2002).

Em discurso aos graduados da Academia Militar de West Point, o presidente George W. Bush apresentou de forma mais sistemática os novos direcionamentos da política externa dos Estados Unidos, delineando as premissas daquela que passou a ser denominada “Doutrina Bush”.

A dissuasão, promessa de retaliação maciça contra nações, não significa nada contra as sombrias redes terroristas sem nações ou cidadãos a defender. A contenção não é possível quando ditadores desequilibrados com armas de destruição em massa podem enviar aquelas armas na forma de mísseis ou fornecê-las secretamente aos aliados terroristas (...) A defesa da terra natal

e a defesa contra mísseis são parte de uma segurança mais forte, e são prioridades essenciais para a América. Contudo, a guerra contra o terror não será ganha na defensiva. Nós devemos dar batalha ao inimigo, destruir seus planos e confrontar as piores ameaças antes que elas surjam (BUSH 2002).

Ao passar do nível de retórica à prática, este pensamento, e a posterior formulação da Estratégia de Segurança Nacional de 2002, a *Doutrina Bush*, ou *Doutrina de ação preventiva e preemptiva*, busca eliminar a vulnerabilidade através de duas posturas de ataque: o preemptivo, em resposta a ameaças existentes; e o preventivo, que se antecipa à emergência de potenciais ameaças de Estados ou atores não-estatais¹⁷.

A partir daquele pronunciamento em West Point, os Estados Unidos passaram a se angariar no direito unilateral de derrubar qualquer governo do mundo que se opusesse a seus interesses, ou que julgassem ser uma ameaça à sua segurança. O conceito de guerra preventiva passou a ser considerado como um instrumento legal e moralmente justo da política externa norte-americana. E o presidente declararia de forma clara: “No mundo em que vivemos, o único caminho para a segurança é o da ação. E esta nação agirá” (BUSH 2002).

Nessa lógica, a difusão de valores como a liberdade, a democracia e o livre comércio seria o caminho mais viável para fazer um mundo mais seguro e melhor para viver. O objetivo era o de se criar um consenso de que as crenças e valores americanos são universais e sua difusão iria beneficiar o mundo inteiro. Portanto, passava-se a colocar em prática um projeto de reprodução mundial do *american way of life* caracterizado pela expansão da democracia, pela abertura econômica e pelo culto ao individualismo, fosse pela via do exemplo ou da imposição.

Para tal, o combate às ameaças atribuídas ao terrorismo e aos *rogue states* não poderia se dar no campo dos meios tradicionais de contensão e distensão. O recurso à guerra preventiva deveria ser usado contra tais ameaças antes que elas estejam totalmente formadas. O único caminho para a paz e para a segurança seria o caminho da ação, ao passo que a grande ameaça, o grande risco, seria associado à inação.

Esse novo perfil encontrou sérias dificuldades de aplicação prática com respaldo da comunidade internacional. Em busca de se gerar um consenso internacional em torno dos objetivos dos Estados Unidos, sobretudo, no caso das ações

¹⁷ De acordo com a avaliação de Jervis (2005), a Doutrina Bush é composta por quatro componentes (JERVIS 2005, 79): Uma forte crença na importância de um regime doméstico favorável para definir como será a política externa e o relacionado julgamento de que este é um tempo de grande oportunidade para transformar a política internacional; A percepção de grandes ameaças que podem ser derrotadas somente por uma nova e vigorosa política (mais notadamente a guerra preventiva); Uma disposição para atuar unilateralmente quando necessário; Um senso de que a paz e a estabilidade requerem que os EUA afirmem sua primazia na política mundial;

preventivas, o recurso ao unilateralismo e às alianças *ad hoc* é privilegiado. Dessa forma, o multilateralismo passa a ser estritamente instrumental, definido por alguns como um “multilateralismo assessorio” (AMORIM 2003).

A partir de então, estava comprovado que os Estados Unidos empregariam toda sua força e influência hegemônicas para a construção de uma ordem internacional favorável a seus ideais. A segurança nacional, a liberdade de mercado e os interesses dos norte-americanos no exterior seriam defendidos a qualquer custo político, econômico e militar. Na visão corrente, a segurança americana, a estabilidade mundial, e a difusão do liberalismo requerem o estabelecimento de uma hegemonia americana, através de sua primazia, ou até mesmo império.

Porém foi através da estratégia de segurança nacional (NSS), lançada em setembro de 2002 e reafirmada em março de 2006, que a administração Bush sustentou que os Estados Unidos têm a obrigação de montar um eficiente militar capaz de “proteger nossos aliados e amigos; dissuadir uma futura competição militar; deter ameaças contrárias aos interesses norte-americanos e de seus aliados; e derrotar decisivamente qualquer adversário se a distensão falhar” (NSC 2002). De acordo com Layne (2006), segundo esta estratégia, para criar um ambiente seguro e conveniente, os Estados Unidos devem exercer seu poder em sua totalidade para modelar o ambiente externo.

Para Smith (2006), essa doutrina de guerras preventivas e disseminação do “modelo sustentável” de sociedade, enquadra-se no projeto dos neoconservadores para o “Novo Século Americano”¹⁸, datado da década de 1990, e que expressa a idéia Kantiana de que a razão leva à paz universal. Para estes neoconservadores, a necessidade de se ampliar esta zona de paz democrática kantiana para evitar um ambiente anárquico hostil é imprescindível, e aqueles países que resistem a tal assimilação devem ser derrotados e convertidos. Seria este o ponto que sustentaria o apelo universal da democratização das nações “não-civilizadas”. Assim, os Estados Unidos tem buscado, através da instrumentalização de valores consolidados em suas sociedades, homogeneizar todo o sistema, e garantir sua superioridade política, econômica e ideológica¹⁹.

¹⁸Project for a New America Century (PNAC). June, 1997. www.newamericancentury.org. O Project for the New American Century possui três pontos fulcrais: 1. um poderio militar forte; 2. uma política exterior congruente com os princípios dos Estados Unidos; 3. uma liderança nacional que tivesse em conta as responsabilidades globais dos Estados Unidos.

¹⁹A principal tática neoconservadora, a do *regime change*, se baseia na perspectiva de uma estabilidade duradoura entre regimes democráticos, assim o apoio ao desenvolvimento e modernização é benéfico para estabilidade e segurança internacionais. Para os neoconservadores, os Estados Unidos devem manter uma força militar capaz de lidar com os desafios presentes e futuros do cenário internacional, promover, através de sua política externa, os valores norte-americanos, e ter uma liderança que aceite as responsabilidades globais do país (TEIXEIRA 2007).

Muitas vezes ofuscada pela grande ênfase dada à guerra contra o terrorismo, a promoção da democracia e a expansão dos livres mercados permanecem como temas proeminentes ao largo da política exterior da administração W. Bush: “a política dos Estados Unidos visa apoiar o crescimento dos movimentos democráticos e instituições de toda natureza e cultura, com o objetivo de colocar fim à tirania no mundo” (BUSH, 2002). A promoção desses princípios seria responsável por diminuir a probabilidade de conflitos internacionais e, conseqüentemente, ampliar a segurança nacional dos Estados Unidos.

Por outro lado, o unilateralismo preventivo do governo Bush tornou mais difícil a gestão do Império informal constituído pelos Estados Unidos, que segundo Maier (2006), “cria uma rede cada vez maior de elites aliadas no exterior, que aceitam a subordinação em questões internacionais em troca de segurança em sua unidade administrativa”. Desta maneira, o governo dos Estados Unidos ao adotar estas políticas vem assumindo excessivos compromissos que seriam responsáveis por configurar uma ordem mais instável e perigosa, que acabará por corroer suas bases de poder e fomentará cada vez mais desafios à sua pretensa *Pax Americana*. Esta ênfase dada ao combate ao terrorismo e a campanha ideológica unidimensional criada em torno desse objetivo fortalece como destaca Donnelly, “tendências profundamente enraizadas de unilateralismo e demonização dos inimigos” (2003, 334).

Em síntese, a Guerra do Terror é tida como uma iniciativa de alcance global e de duração incerta, na qual os Estados Unidos se imbuíram da missão de se engajar para defender a seus valores fundamentais e se livrar de ameaças reais e/ou potenciais. De acordo com o *establishment* norte-americano, o ambiente internacional pós-11/09 é marcado pela presença de uma ameaça terrorista de âmbito e alcance global que exige uma reação igualmente global, e que os EUA aceitariam de bom grado o papel de liderar (NSC 2002). Baseados em justificativas morais e valorativas, e em prol da defesa de interesses nacionais estritos, a tendência de recurso ao ataque preventivo, com justificativa baseada nas novas ameaças é sua principal estratégia. Tais fundamentos se valem da visão única sobre os Estados Unidos e seu papel no sistema internacional, visto que após a queda da URSS, o país deveria formular uma política externa adequada aos desafios do novo contexto, uma vez que agora era a única superpotência global e de poder inigualável (KRAUTHAMMER 2002). Representado na figura de Bush, o projeto neoconservador para a política externa afirma que os Estados Unidos devem buscar promover os interesses nacionais, agindo sozinhos se necessário, na defesa de seus interesses essenciais²⁰.

²⁰ Parte daí a premissa de preservação de sua posição como potência global e manutenção da atual ordem internacional. Para atingir esses objetivos devem: aumentar gastos com defesa para assumirem com

De acordo com o modelo unilateral neoconservador, os tratados e instituições internacionais não devem restringir os Estados Unidos na defesa de seus interesses. O país se destaca por ser uma potência especial, uma vez que não possui interesses imperiais, pois seu poder é usado para a promoção de uma ordem internacional que beneficia a todos promovendo a liberdade econômica e política, por isso sua liderança não só é benéfica, mas necessária. Seria natural, segundo a visão neoconservadora, que os Estados Unidos assumissem a missão civilizadora que lhes cabe nesse mundo (KRAUTHAMMER 2002). Dessa maneira surge então a proposta neoconservadora de globalismo democrático. O globalismo democrático é uma política externa que não define o interesse nacional em termos de poder, mas em termos de valores e identifica como valor principal o sucesso da liberdade.

O interesse não é o poder pelo poder em si, mas sim a construção de um mundo livre, guiado pelos valores morais norte-americanos (KRAUTHAMMER 2004). O globalismo democrático se daria a partir do desenvolvimento da mudança de regimes. Assim, os Estados Unidos devem pressionar com todos os meios a transformação de países não-democráticos em democracias liberais, expandindo a idéia de defesa e segurança na zona de paz.

Segundo os neoconservadores, os Estados Unidos atingiram tal posição no cenário mundial praticando uma política externa de promoção ativa dos princípios de governança americanos: democracia, livre mercado e respeito pela liberdade. E isso significa não apenas apoiar os aliados, mas pressionar os inimigos, se necessário forçando o *regime change*. A estratégia mais eficiente nesse processo é, portanto, a transformação e não a coexistência.

A nova estratégia norte-americana, sendo assim, define o interesse nacional dos Estados Unidos em termos de poder, abertura econômica e promoção de seus ideais, definida por alguns como realismo liberal e por outros como realismo democrático (KRAUTHAMMER, 2004). Os Estados Unidos colocaram em uso sua doutrina preventiva a partir da prática do Realismo Democrático, intervindo em pontos realmente vitais para os interesses norte-americanos.

O realismo democrático é um guia de “onde intervir”, “onde construir a democracia” e “onde construir uma nova nação”, com critérios bem claros, quais sejam “intervir onde faz a diferença”. O desafio do *regime change* deve ser enfrentado somente em lugares onde tal estratégia é necessária, ou seja, vital para expandir os

capacidade de realização os compromissos globais e dissuadir rivais; ser promovida a manutenção da paz internacional aumentando laços com países democráticos e confrontar regimes hostis aos valores e interesses norte-americanos; promover a causa de liberdade política e econômica; aceitar a responsabilidade de preservar e estender uma ordem internacional de acordo com os princípios do país e favorável a sua segurança e prosperidade; (TEIXEIRA 2007).

limites da guerra contra o inimigo existente, aquele que ameaça as liberdades, as ideologias radicais, eterno inimigo e combatente existencial dos neoconservadores.

Se tomarmos como base o discurso norte-americano de defesa dos direitos humanos e expansão da democracia, podemos compreender a aplicação dessa doutrina. As ações unilaterais norte-americanas criam uma insegurança coletiva, e geram um descrédito na política de apoio aos direitos humanos, principalmente ao passo que sua política utiliza o direito internacional público como ferramenta em função de seus interesses nacionais. O discurso neoconservador, predominante na doutrina de segurança dos governos W. Bush, ressalta essa perspectiva. O realismo democrático (formulado para efetuar intervenções pontuais, e servir como um guia de “onde intervir”, de “onde construir a democracia” e de “onde construir uma nova nação”) é emblemático dessa situação. Com critérios bem claros, demonstra que aliada à lógica de promoção dos direitos humanos está a lógica de “intervir onde faz a diferença”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multidimensionalidade do poder dos Estados Unidos, e a sensação política e ideológica de que vivemos em um mundo unipolar, trouxe à ordem do dia o debate sobre a constituição de um novo império, o império norte-americano. Suas posturas unilaterais e a centralização de muitas das principais questões de poder global tem levado muitos a ver os Estados Unidos como um verdadeiro poder imperial, sobretudo frente à possibilidade de gerar ordem mediante hierarquia.

Conforme afirma Huntington (2000), o fato de haver atualmente uma única superpotência com capacidade de ação global não significa que vivamos em um mundo unipolar. Não obstante, a despeito das tentativas anteriores – sobretudo de George Bush (1989-1992) e Bill Clinton (1993-2000) – de criar uma chamada ‘hegemonia benevolente’, e classificar os Estados Unidos como a ‘nação indispensável’, o país não conteve suas intenções de “doutrinar os outros países acerca da validade universal de princípios, práticas e instituições norte-americanas” (HUNTINGTON 2000, 138). E para isso, tem utilizado seus instrumentos de coerção como superpotência: sanções econômicas e intervenções militares.

Após a investida contra o Afeganistão, já no contexto da guerra contra o terrorismo, a nova agenda global dos Estados Unidos passou a ser focada na (re)construção de estados e na difusão e promoção da democracia. Segundo Johnson (2007) os fundamentos lógicos para a política externa intervencionista dos Estados Unidos se expressa numa retórica humanitária e democrática, que justifica o poder imperialista americano em termos de exportação da democracia. Nessa perspectiva, o

legado intelectual dos triunfalistas neoconservadores seria constituído por um amalgama complexo de um imperialismo idealista com um imperialismo militarista.

Contudo, tais instrumentos para surtir os efeitos desejados e se mostrarem eficazes, mesmo que impostos pela superpotência, devem ser adotados por um conjunto maior de países e ser legitimados multilateralmente. E este não foi o procedimento tomado pela administração W. Bush, sobretudo ao se invocar como o depositário exclusivo das leis no sistema internacional e criar, por exemplo, novas regras para operações militares internacionais de acordo com seus interesses.

Análises mais pontuais e conjunturais poderiam indicar devido à inflexão ao unilateralismo uma ruptura na tradição da política externa norte-americana durante os dois mandatos de George W. Bush (2001-2008), principalmente no que tange sua estratégia de segurança nacional. Contudo, avaliando a política externa dos Estados Unidos historicamente, torna-se perceptível um longo traço de continuidade. Os meios de formulação das questões-chave da política externa dos Estados Unidos têm sido estáveis durante os últimos 100 anos. Há pelo menos um século que a política norte-americana gira em torno de adquirir e manter clientes bem como julgar e ameaçar seus inimigos, representando uma forma peculiar de imperialismo, como discutido anteriormente.

Segundo Fred Halliday (2002), um dos principais estudiosos europeus sobre oriente médio, e nos últimos anos sobre o fenômeno do terrorismo internacional, é preciso reconhecer até que ponto esta guerra contra o terrorismo reflete uma necessidade de real garantia de paz ao sistema. Ou esta retórica de guerra somente se trata de uma manipulação de um discurso, no sentido de ampliar uma ameaça, “gerando um clima de instabilidade que permite a aplicação de medidas coercitivas e o controle social rígido”.

Os desafios norte-americanos de combater forças extremistas determinadas a espalhar terror, responder ao violento colapso de estados, conter a proliferação de armas de destruição de massa, não corresponde a preocupações do pós 11/09, mas sim a desafios que surgiram no imediato pós-Guerra Fria, uma década antes. Contudo, o impacto gerado pelos atentados terroristas em Nova York e Washington trouxe à tona os formuladores de políticas de segurança e vigilância que há anos preparavam projetos e missões, dentro e fora dos quadros da Casa Branca, em busca de uma dura e clássica defesa dos interesses nacionais. O 11 de Setembro possibilitou uma exploração política, ideológica, e, sobretudo psicológica, de tais eventos para o desenvolvimento de novas estratégias de ordenamento internacional de acordo com novos arranjos e novos interesses que passaram a entrar no jogo político mundial.

Torna-se evidente que presença militar norte-americana em regiões mais diversas do mundo, a sua política externa e os seus compromissos de segurança nacional fornecem um valioso aparelho de proteção para os investimentos feitos em mercados estrangeiros. Tal perspectiva deve estar presente nas análises do sistema internacional contemporâneo. O globalismo unilateral do pós Segunda Guerra, em que arranjos institucionais foram induzidos pela potência hegemônica, foi substituído por um unilateralismo global, que através de medidas ostensivas tentam reorganizar o sistema de Estados de acordo com seus interesses individuais, buscando montar e sustentar um sistema imperial a seu serviço.

O Estado que se caracterizou historicamente pela sustentação das instituições multilaterais para projetar sua hegemonia acabara por deslegitimá-las para alcançar o mesmo fim. Ou seja, como bem ressalta Hirsh (2002), muitas das instituições que compunham a base de sustentação do *soft power* estadunidense passaram a ser consideradas supérfluas pelos republicanos na administração de W. Bush.

Essa nova dimensão das relações de poder no cenário internacional acaba oferecendo a possibilidade de outros arranjos políticos e projetos contra-hegemônicos emergirem como novos pólos de poder. Identifica-se a partir da consolidação do projeto neoconservador e da projeção do poder imperial norte-americano, portanto, tentativas de construção de um novo equilíbrio de poder capaz de reconfigurar a ordem internacional. Contribui para isso o movimento das relações internacionais nos últimos vinte anos, que a despeito do aprofundamento do distanciamento entre os Estados Unidos e as demais potências internacionais no campo militar tem oferecido outras formas de desenvolvimento relativo a estas nações. Ao passo que não há que se discutir que o fim da Guerra Fria coloca os Estados Unidos em uma condição diferenciada de única superpotência mundial, o novo quadro das relações internacionais dá início a um processo de reorganização do cenário internacional em que muitos outros países buscam um novo espaço na política mundial em um contexto livre das limitações e imposições do conflito bipolar.

Dessa forma, concomitante à existência de um desgaste na hegemonia americana provocada pela estratégia unilateral do governo W. Bush ocorre um processo de ascensão de países que não podem mais ser classificados de acordo com o antigo arranjo da Guerra Fria. Na avaliação de estudiosos de diversas correntes e origens como Ikenberry (2008), Wright (2008), Zakaria (2008), Khanna (2008), Pecequillo (2008), Vinentini (2006), Buzan (2004), os pólos emergentes nessa nova ordem internacional tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais. É nesse sentido que

tem atuado nos últimos anos tanto os países da Europa Ocidental através da consolidação da União Européia, como os países do Sul através de coalizões como o IBAS ou o G-20, ou mesmo mais pontualmente as potências de segunda ordem como China e Rússia, aliadas a Índia e Brasil nos BRICs ou a partir do estabelecimento de novas relações através de acordos bilaterais de cooperação e desenvolvimento.

Portanto é possível identificar, a ascensão de “ensaios de coalizão anti-hegemônica”. Além do declínio econômico proporcionado pelo aumento do número de competidores, da perda da credibilidade associada à aplicação de uma doutrina preventiva e unilateral, e do não funcionamento regular das instituições criadas no pós-1945, pode-se observar a emergência de alianças que pretendem contrabalancear o poder hegemônico dos Estados Unidos. Essas alianças confirmam a dinâmica do cenário político mundial contemporâneo, a geração de novos equilíbrios de poder globais e regionais. Estimulados, sobretudo, pela insatisfação causada pelo descaso norte-americano com os regimes e instituições que consolidaram durante a construção de seu projeto de ordem global.

A atual posição dos Estados Unidos no cenário internacional, e sua postura em política externa, sobretudo suas opções na guerra contra o terror, contribuíram para desencadear o processo descrito por Chollet e Goldgeier (2008), a transição de um mundo da chamada imaginação criativa: o pós 9/11, no qual o poder das idéias e da esperança era representado pelo colapso da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e a abertura do mundo; para o mundo da imaginação destrutiva: o pós 11/09, repleto de incertezas, expectativas, confusões e ameaças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, G. **O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AYERBE, L. F. **The American Empire in the new century: hegemony or domination?** Journal of developing societies: vol 21, 2005.
- AMORIM, C. **Multilateralismo acessório. Política externa**. São Paulo: Paz e Terra, V. 11, n.3. Dez/Jan/Fev, 2003.
- BERGER, S. **American Power: Hegemony, Isolationism or Engagement**. New York: Council on foreign relations, October, 1999.
- BRZEZINSKI, Z. Order, disorder and U.S. leadership. **The Washington Quarterly**, vol. 15, nº 2, 1992.
- BUSH, G. W. **Commencement Address at the United States Military Academy in West Point**. New York, 2002.

BUSH, G. W. A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América. **Política Externa**: vol 11 nº 03, 2003.

BUZAN, B. **The United States and the Great Powers**: World Politics in the Twenty-First Century. Cambridge: Polity Press, 2004.

CHOLLET, D. ; GOLDGEIER, J. **America between the wars, 11/9 to 9/11**: the misunderstood years between of the Berlin Wall and the start of the War on Terror. New York: Public Affairs, 2008.

CRENSHAW, M. **La guerra contra el terrorismo**: estan ganando los EEUU? Madrid: Real Instituto Elcano, 2006.

DAALDER, I. ; LINDSAY, J. **America unbound**: the Bush revolution in foreign policy. Washington: The Brookings Institution, 2003.

DONNELLY, J. **Direitos Humanos Internacionais**: as consequências não intencionais da guerra contra o terrorismo. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 25 nº 2, 2003.

EMMOTT, B. **20: 21 Vision**: Twentieth-Century Lessons for the Twenty-First Century. Routledge, 2004.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria. C. e FIORI, José. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FUKUYAMA, F. **The end of History and the last man**. New York: Free Press, 1992.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere vols. 2, 3 e 5. In: COUTINHO, C. N. (Org.). Antonio Gramsci. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, S. P. **500 anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

HASS, R. The Age of Nonpolarit. **Foreign Affairs**, May/June, 2008

HALLIDAY, F. **Two hours that shook the world. September 11, 2001**: causes and consequences. London: Saqi Books, 2002.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRSH, M. El mundo de Bush. **Foreign Affairs en español**, otoño-invierno, 2002.

HOBSBAWM, E. J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, S. **A mudança nos interesses estratégicos americanos**. Política Externa, Vol. 1, No 1, 1992.

HUNTINGTON, S. A superpotência solitária. Revista **Política Externa**, volume 8, nº 4, 2000.

HURRELL, A. **Pax americana ou o império da insegurança?** Brasília, Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. 48 (2), 2005.

IKENBERRY, J. G. Institutions, Strategic Restraint, and the Persistence of American Postwar Order, **International Security** Vol 23, N 3, 1998.

IKENBERRY, J. G. Why export democracy?: The 'Hidden Grand Strategy' of American Foreign Policy, **The Wilson Quarterly** Vol. 23, no.2, Spring, 1999.

IKENBERRY, J. America's Imperial Ambition. **Foreign Affairs**. New York, 2002.

IKENBERRY, J. G.; WRIGHT, T. Rising Powers and Global Institutions. **The Century Foundation**: New York, 2008.

JERVIS, R. **American foreign policy in a new era**. New York: Routledge, 2005.

JOHNSON, C. **As aflições do império** – militarismo, segredo e o fim da República. Ed. Record, 2007.

KHANNA, P. **The Second World**. Londres: Penguin Books, 2008.

KENNEDY, P. **The rise and fall of great powers**: Economic Change and Military Conflict From 1500 to 2000. New York: Vintage Books, 1989.

KEOHANE, R. **After hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. New York: Simon and Schuster, 1994.

KRAUTHAMMER, C. The unipolar moment. **Foreign Affairs**, N. 70, Vol. 1. Winter 1990/1991.

KRAUTHAMMER, C. **The unipolar moment revisited**. The national interest, New York: The Nixon Center, 2002.

KRAUTHAMMER, C. **Democratic Realism**: an American foreign policy for a unipolar world. Washington DC. The AEI Press, 2004.

KUPCHAN, C. After Pax Americana: Benign Power, Regional Integration, and the Sources of a Stable Multipolarity, **International Security** Vol 23, N 2, 1998.

KUPCHAN, C. ; TRUBOWITZ, P. Dead Center: the demise of liberal internationalism in the United States. **International Security** vol 32. n° 2. MIT – Harvard, 2007.

LAYNE, C. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise, **International Security** Vol 17, N 4, 1993.

LAYNE, C. **The peace of illusions. American grand strategy from 1940 to the present**. New York: Cornell University Press, 2006.

MAGDOFF, H. **A era do imperialismo**: a economia da política externa dos Estados Unidos. Porto: Portucalense, 1972.

MAIER, C. **Among Empires**. Cambridge: Harvard Press, 2006.

MANN, M. **O Império da incoerência**: a natureza do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2001.

NEGRI, A; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NSC. **National Security Strategy of the United States of America**. White House: National Security Council, 1995.

NSC. **National Security Strategy of the United States of America**. White House: National Security Council, 2002.

NSC. **National Security Strategy of the United States of America**. White House: National Security Council, 2006.

NYE Jr., J. S. **Bound To Lead: The Changing Nature Of American Power**. New York: Basic Books, 1990.

NYE Jr., J. S. **O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode seguir isolada**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PECEQUILO, C. S. Os EUA e o ciclo neoconservador: avaliações preliminares sobre a presidência George W. Bush. In: Fundação Alexandre de Gusmão. (Org.). **O Brasil No Mundo Que Vem Aí- II Conferência Nacional de Política Externa**. Brasília: FUNAG, v. 1, 2008.

PNAC. **Rebuilding America's Defenses: strategy, forces and resources for a new century**. Washington: Project for the New American Century, 2000.

SMITH, T. **A Pact with the Devil**. Cambridge: Harvard Press, 2006.

SYLVAN, D. e MAJESKI, S. **US foreign politics in perspective: clients, enemies and empire**. New York: Routledge, 2009.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria. C. e FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, C G. P. Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa. Brasília, **Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI**. 50 (2), 2007

USAID. **Strategic Plan**. Washington. Department of State, 1999.

VIGEVANI, T e OLIVEIRA, M. F. **A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush**, Política Externa, vol. 10 nº 2, 2001.

VIZENTINI, P. F. O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, P; WIESEBRON, M. (org.). **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

VOLCKER, P ; GYOHTEN, T. **A nova ordem econômica**. Rio de Janeiro: Ortiz, 1993.

WALLERSTEIN, I. **Após o Liberalismo:** em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

WITTKOPF, E. ; McCORMICK, J. **The domestic sources of american foreign policy:** insights and evidences. Washington, Rowman & Littlefield Pub Inc, 2004.

WOHLFORTH, W. C. The Stability of a Unipolar World, **International Security** Vol 24, N 1, 1999.

ZAKARIA, F. The Future of American Power. How America Can Survive the Rise of the Rest. **Foreign Affairs:** May/June 2008.